Processo n.º 152/2003

Data do acórdão: 2003-07-24

(Recurso penal)

Assuntos:

- liberdade condicional
- prevenção geral do crime
- art.º 56.º, n.º 1, al. b), do Código Penal

S U M Á R I O

1. O requisito material exigido pela alínea b) do n.º 1 do art.º 56.º do Código Penal para efeitos de concessão de liberdade condicional tem a ver com as considerações de prevenção geral do crime sob a forma de exigência mínima irrenunciável da preservação e defesa da ordem jurídica.

2. Se após feita a avaliação objectiva do eventual impacto que a libertação da reclusa antes do cumprimento integral da sua pena de prisão possa provocar na comunidade de Macau, não se conseguir concluir que a sua libertação antecipada não ponha em causa a confiança e expectativas comunitárias locais na validade e vigência da norma penal outrora por ela violada com a prática do crime por que foi condenada, é de dar por não

verificado tal requisito material da alínea b) do n.º 1 do art.º 56.º do Código Penal, com o que a liberdade condicional não lhe pode ser concedida, independentemente da verificação ou não do outro requisito material cumulativamente exigido na alínea a) do mesmo n.º 1 do art.º 56.º, e mesmo que se reúnam os pressupostos formais nomeadamente definidos no proémio do mesmo n.º 1.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 152/2003

(Recurso penal)

Recorrente: A

Tribunal recorrido: 2.º Juízo de Instrução Criminal do Tribunal Judicial de Base

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

1. A, já devidamente identificada a fls. 5 e 41 dos presentes autos, e ora a cumprir a pena de 9 (nove) anos de prisão a ela nomeadamente imposta por Acórdão de 25 de Março de 1998 proferido no âmbito do Processo Comum Colectivo n.º 2682/97 do 6.º Juízo do então Tribunal de Competência Genérica de Macau, pela prática, em autoria material, de um crime de tráfico p. e p. pelo art.º 8.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 5/91/M, de 28 de Janeiro, veio recorrer para este Tribunal de Segunda Instância (TSI), da decisão emitida em 2 de Junho de 2003 (a fls. 50 a 51 dos presentes autos) pela Mm.^a Juiz do 2.º Juízo de Instrução Criminal do actual Tribunal Judicial de Base, que lhe tinha negado a concessão de liberdade

condicional, por essencialmente se entender que não estavam verificados os pressupostos materiais para a almejada liberdade antecipada previstos nas al. a) e b) do n.º 1 do art.º 56.º do Código Penal de Macau (CP).

Para rogar a revogação dessa decisão e a substituição da mesma por uma outra que concedesse a pretendida liberdade condicional, a recorrente concluiu a sua minuta de recurso como segue:

<<[...]

1.^a Imputa a recorrente à decisão recorrida o vício do **n.º 1 do artigo 400.º do Código de Processo Penal**, qual seja, o erro de direito, assim, como o da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, que cabe na **alínea a) do n.º 2** do citado preceito legal.

2.^a. Constituem pressupostos formais à libertação antecipada (condicional) de um recluso a condenação em pena de prisão superior a seis meses de prisão e o cumprimento de dois terços da pena, num mínimo de seis meses – cfr. **artigo 56.º, n.º 1 o Código Penal**.

3.^a No presente caso, atenta a medida da pena a que foi condenada a ora recorrente – nove anos de pena de prisão- e visto que se encontra ininterruptamente presa desde 29.05.1997, tendo, portanto, cumprido mais de dois terços da pena, preenchidos estão os mencionados pressupostos formais. Nesta linha de raciocínio a liberdade antecipada deveria ter sido concedida.

4.^a. No que diz respeito aos pressupostos materiais preceitua o citado **artigo 56.º do Código Penal nas suas alíneas a) e b)** que : *“for fundadamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e*

a evolução deste durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crime,” e “a libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e de paz social”.

5.^a Quanto ao previsto na alínea a) do mencionado dispositivo legal, entende a ora recorrente que a sua conduta se tem revelado adequada. Pois, apesar de ter violado as regras de conduta do EPM foram-lhe aplicados e cumpriu devidamente os castigos que lhe foram determinados.

6.^a Atento o exposto, podemos concluir que a ora recorrente está em condições de se readaptar à vida em sociedade. A existência de um emprego enquanto caixa, demonstrativo da responsabilidade e da confiança que nela depositam, a par do apoio que a sua família está disposta a proporcionar-lhe após a sua libertação, concretizam indubitavelmente o disposto na alínea b) do citado preceito legal.

7.^a Pelo que, a decisão ora recorrida, ao ter como fundamento a inexistência de condições de readaptação social, violou de forma flagrante o preceituado **no artigo 56.º do Código Penal, incorrendo em erro de direito.**

8.^a Com efeito, a decisão em causa baseia-se apenas em meras conjecturas e perguntas de retórica, não devidamente fundamentadas de facto e de direito. Revela, assim, não ter ponderado efectivamente as circunstâncias de uma libertação antecipada.

9.^a A única circunstância de facto apontada pelo Meritíssimo Juiz de Execução das Penas para denegar a concessão da liberdade antecipada foi o comportamento da recorrente no EPM, designadamente, porque foi disciplinarmente punida com

isolamento em cela disciplinar, por duas vezes, em 24 de Outubro de 1997 e em 13 de Junho de 2001.

10.^a A mera invocação dos factos acima mencionados não se afigura suficiente para fundamentar a decisão de direito plasmada na decisão ora recorrida, especialmente se tivermos em consideração que militam a favor da ora recorrente ter pago as custas do processo crime e a multa em cujo pagamento foi condenada, o que demonstra um franco arrependimento por parte desta.

11.^a Estamos, pois, perante um vício de **insuficiência para a decisão da matéria de facto.**>> (cfr. o teor de fls. 65 a 66 dos presentes autos, e *sic*).

2. A esse recurso, respondeu o Digno Ministério Público junto do Tribunal recorrido, nos seguintes termos designadamente:

<<[...]

1.º

Os pareceres dos Director do E.P.M. e Técnico de Reinserção social, são elementos processuais indispensáveis, que visam reportar, essencialmente, o trajecto e evolução da reclusa, durante o cumprimento de pena, em termos de comportamento, personalidade e orientação da sua vida, para que o Juiz possa formar juízo de convicção.

2.º

A recorrente mereceu o parecer favorável do técnico de Reinserção social.

3.º

O parecer do Director do E.P.M., exarado a fls. 22, bem como o parecer do Ministério Público, exarado a fls. 49 e 49 verso, são DESFAVORÁVEIS À CONCESSÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL À ARGUIDA.

4.º

No mais, a recorrente faz uma exposição das condições socio-económicas que relevam para uma apreciação positiva.

Tais condições, foram já objecto da devida ponderação na decisão recorrida.

5.º

Igualmente, foram ponderados os factores da interiorização da pena, arrependimento, actividades e ocupação dos tempos livres, em reclusão.

6.º

É verdade que foram preenchidos neste caso os pressupostos formais da liberdade condicional. “Todavia, tal “circunstancialismo” não basta, já que não sendo a liberdade condicional uma medida de concessão automática, impõe-se para a sua concessão, a verificação cumulativa de outros pressupostos de natureza “material”: os previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 56º do C.P.M.” “É, pois, uma medida a conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social” [...].

7.º

De harmonia com o Código Penal de Macau, a liberdade condicional é sempre facultativa, e não automática, a apreciação e decisão da concessão da liberdade

condicional depende ainda do preenchimento de pressupostos materiais previstos nas al.) a) e b) do n.º 1 do artigo 56.º do CP.

8.º

Há, de facto, que acautelar a ordem jurídica e a paz social e, como dispõe o n.º 1 alínea a) do Art.º 56.º do Código Penal de Macau... “o tribunal coloca o condenado na pena de prisão em liberdade condicional... se: for fundadamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão...” que o mesmo irá conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes.

9.º

Realmente, em causa estarão, a gravidade dos crimes cometidos e o comportamento da recorrente em reclusão, factores esses que foram determinantes para a não concessão da liberdade condicional.

10.º

A recorrente foi condenado pela prática de um crime, p.p. pelo Art.º 8.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 5/91/M, de 28 de Janeiro, na pena de nove (9) anos de prisão, e na multa de MOP10.000,00, com a alternativa de cem (100) dias de prisão, por ter vendido e detido, com vista à venda, produto vegetal, com peso de 749,471 gramas e resíduos de vegetal seco, com peso de 0,455 gramas, submetidos a exame laboratorial, que foram identificados como “Cannabis Sativa L”.

11.º

Ficou ainda provado no douto Acórdão que a recorrente por diversas vezes em Macau vendeu produtos estupefacientes à outra arguida também condenada no mesmo processo.

12.º

A recorrente foi disciplinarmente punida com isolamento em cela disciplinar, por duas vezes, em 24 de Outubro de 1997 e em 13 de Junho de 2001 por negligência no alojamento (por queimar papel de higiene enrolado) e por actos obscenos. A recorrente manteve um comportamento prisional irregular durante o período de reclusão (parecer do Exmo. Senhor Director do E.P.M.). A sua personalidade e o seu comportamento prisional mostram incompatíveis com o exigido nas alíneas a) e b) do n.º 1 do Artigo 56.º do C.P.M.

13.º

A recorrente alegou que o facto de ter um emprego enquanto caixa era factor demonstrativo da responsabilidade e da confiança que nela depositam, parece-nos que este facto por si só não serve de garantia de que ela, caso liberta condicionalmente, não volte a praticar crimes do mesmo género que já praticou, já que o patrão do restaurante não se responsabiliza nem se pode responsabilizar-se pelo comportamento futuro da recorrente.

14.º

“O reingresso do condenado no seu meio social, apenas cumprida metade da pena (2/3 da pena no âmbito do CPM), pode perturbar gravemente a paz social e pôr assim em causa as expectativas comunitárias na validade da norma violada. Por outro lado, da aceitação do reingresso pela comunidade jurídica dependerá, justamente, a suportabilidade comunitária da assunção do risco da libertação que, como dissemos, é o critério que deve dar a medida exigida de probabilidade de comportamento futuro sem reincidência” (Jorge Figueiredo Dias, *Direito Penal Português, As Consequências Jurídicas do Crime*, Notícias Editorial, p. 540). Atenta a gravidade do crime em causa, a grande quantidade do estupefaciente em causa, o alarme social que do crime resultou, o tribunal “*a quo*” entende que a

liberdade antecipada neste caso não se revela compatível com a defesa da ordem jurídica e paz social, e concluiu pela inexistência de um juízo de prognose favorável sobre o comportamento futuro da recorrente em liberdade.

15.º

Entendemos não ter havido qualquer violação, no despacho recorrido, ao disposto no Art.º 56.º do C.P.M..

16.º

Só há insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, quando se verifica “uma lacuna no apuramento da matéria de facto necessária para uma decisão de direito” (Prof. G.M. da Silva, *Curso de Proc. Penal*, III, 2ª ed., Editorial Verbo, 2000, págs. 340) , isto é, quando se chega à conclusão de que com os factos dados como provados não era possível atingir-se a decisão de direito a que se chegou.

17.º

Contrariamente ao que a recorrente alegou, a Mmª Juíza formou a sua convicção não apenas com base no comportamento prisional da recorrente, mas também com base nas circunstâncias em que o crime foi cometido, a grande quantidade do estupefaciente envolvido, a vida anterior do agente, a sua personalidade, e a evolução deste durante a execução da prisão. No caso “*sub judice*” a negação da concessão da liberdade condicional é a conclusão lógica da factualidade assente, inexistindo, desta forma, o alegado vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto.

18.º

A recorrente, parece, antes, pretende contrapor a convicção que ela própria alcançou sobre os factos à convicção do julgador sobre os mesmos factos,

livremente apreciados segundo as regras da experiência. O que a recorrente está a fazer é precisamente pôr em causa a livre convicção do julgador.

19.º

Não há nulidades, excepções, ou questões prévias, que cumprisse conhecer ou decidir.

20.º

Não há violação de quaisquer preceitos legais ou pressupostos processuais.

21.º

A MMª Juíza “a quo” formou juízo de convicção, correcto, quanto a nós, e decidiu negar a concessão da liberdade condicional à recorrente, impondo-lhe o cumprimento de, pelo menos mais três anos da pena, ficando os autos a aguardar a renovação da instância nos termos do disposto no Art. 469.º do C.P.P.M., tendo a arguida sido notificada da decisão como prescreve o n.º3 do citado Art. 469.º.

22.º

É manifesto que a recorrente, na sua motivação, se limita a uma mera interpretação subjectiva e por vezes falaciosa dos elementos colhidos para os autos.

*

Em conclusão:

Pelo exposto, não foram violados quaisquer preceitos do Artigo 56.º, do C.P.M., não se verifica erro de direito e nem a insuficiência para a decisão da matéria de facto.

Pelo que, negando-se provimento ao recurso e confirmando-se a decisão recorrida, se fará

JUSTIÇA.>> (cfr. o teor de fls. 71 a 78 dos presentes autos, e *sic*).

3. Subido o recurso para esta Instância *ad quem*, o Digno Procurador-Adjunto, em sede de vista a ele aberta, emitiu o seguinte duto Parecer:

<<[...]

O Ministério Público junto da 1ª Instância evidencia, cabalmente, a sem razão da recorrente.

E nada se impõe acrescentar, de relevante, às suas judiciosas e desenvolvidas considerações.

Conforme tem decidido este Tribunal, na esteira do preceituado no artº. 56º do C. Penal, a liberdade condicional é uma medida a conceder caso a caso, "dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social" [...].

E, no caso presente, não se verifica, desde logo, o pressuposto referido na al. a) do nº. 1 do citado normativo.

Não é possível, realmente, na hipótese vertente, formular um *juízo de prognose favorável* sobre o comportamento futuro da recorrente em liberdade.

E mostra-se inverificado, também, por outro lado, o requisito previsto na al. b) do mesmo dispositivo.

Como se sublinha na douda decisão recorrida, há que ter em conta "as influências negativas do crime de tráfico de droga na sociedade".

O que vale por dizer, igualmente, que não podem ser postergadas as *exigências de tutela do ordenamento jurídico* (cfr., a propósito, Figueiredo Dias, Direito Penal Português – As Consequências Jurídicas do Crime, pg. 540).

Como salienta Lourenço Martins, "o bem jurídico primordialmente protegido pelas previsões do tráfico é o da saúde e integridade física dos cidadãos vivendo em sociedade, mais sinteticamente, a saúde pública" (cfr., Droga e Direito, 122).

E, conforme frisou, eloquentemente, o Tribunal Constitucional de Portugal, a propósito da eventual inconstitucionalidade da norma constante do n.º 1 do art.º 23.º do Dec-Lei n.º 430/82, "o tráfico põe em causa uma pluralidade de bens jurídicos: a vida, a integridade física e a liberdade dos virtuais consumidores de estupefacientes e a própria vida em sociedade, na medida em que dificulta a sua inserção social e possui comprovados efeitos criminógenos" (cfr. ac. n.º 426/91, de 6-11, D.R., II, de 2-4-92).

A droga é, sem dúvida, um dos mais graves flagelos dos nossos dias.

Em termos de prevenção *positiva*, nomeadamente, há que salvaguardar a confiança e as expectativas da comunidade no que toca a validade da norma violada, através do "*restabelecimento da paz jurídica comunitária* abalada pelo crime" (cfr. Figueiredo Dias, Temas Básicos da Doutrina Penal, 106).

Deve, pelo exposto, ser negado provimento ao recurso.

[...]>> (cfr. o teor de fls. 97 a 99 dos presentes autos, e *sic*).

4. Feito subsequentemente o exame preliminar pelo relator e colhidos que estão os vistos dos Mm.ºs Juízes-Adjuntos, cumpre agora decidir.

5. Para o efeito, há que tomar desde já em conta os seguintes elementos decorrentes dos autos:

- de acordo com a matéria de facto dada por provada no acórdão condenatório de 25 de Março de 1998 do Processo Comum Colectivo n.º 2682/97 do 6.º Juízo do então TCG, a reclusa A ora recorrente foi aí condenada como autora de um crime p. e p. pelo art.º 8.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 5/91/M, por ter nomeadamente detido um total de 749,926 gramas de produto vegetal identificado como “Cannabis Sativa L”, “com o fim de obter ou procurando obter compensação remuneratória com o produto detido que destinava à venda”, “com vista à obtenção de proventos económicos”, e ter vendido, por diversas vezes em Macau, produtos estupefacientes à outra arguida Jeong Ion Seong (cfr. o teor das págs. 6, 7 e 8 do mesmo acórdão);
- e segundo o mesmo acórdão condenatório, a medida da pena então achada para a mesma arguida ora recorrente levou em conta as seguintes considerações: “... para Macau, 750 gramas de “cannabis sativa L” é já uma quantidade razoável.// Importa, pois, penalizar a arguida de forma a que a pena lhe sirva de lição para o futuro, intimidando ao mesmo tempo outros que se sintam atraídos por actividade semelhante.” (cfr. o teor da pág. 11 do mesmo acórdão).

6. Ora bem, tendo em conta a quantidade de droga então detida pela recorrente, o facto de a mesma não se tratar de um “traficante esporádico”, e as necessidades sobretudo da prevenção geral do crime de tráfico do art.º 8.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 5/91/M, de 28 de Janeiro, aliás já realçadas naquele acórdão condenatório, estamos convictos de que, para já, não se pode dar por verificado o requisito material exigido pela alínea b) do n.º 1, do art.º 56.º do CP para efeitos de concessão de liberdade condicional, alínea essa que consabidamente tem a ver com as considerações de prevenção geral do crime sob a forma de exigência mínima irrenunciável da preservação e defesa da ordem jurídica.

É que efectivamente, após feita a avaliação objectiva do eventual impacto que a libertação da reclusa recorrente antes do cumprimento integral da sua pena de prisão possa provocar na comunidade de Macau, não conseguimos por ora concluir que a libertação antecipada da mesma reclusa não ponha em causa a confiança e expectativas comunitárias locais na validade e vigência da norma penal outrora por ela violada com a prática do aludido crime de tráfico de droga, confiança e expectativas essas que foram então precisamente abaladas com a prática por ela do mesmo delito mas depois restabelecidas com a sua punição feita no referenciado acórdão condenatório.

E com isso, torna-se prejudicada, por inútil, a indagação sobre a verificação, ou não, do outro requisito material cumulativamente exigido na alínea a) do n.º 1 do mesmo art.º 56.º do CP para efeitos de concessão de liberdade condicional, não obstante a verificação, *in casu*, dos

pressupostos formais para o efeito e nomeadamente definidos no proémio do n.º 1 do mesmo art.º 56.º.

7. Face ao expendido, acordam em negar provimento ao recurso.

Custas pela recorrente, com duas UC (mil patacas) de taxa de justiça.

Notifique pessoalmente a recorrente através do Exm.º Senhor Director do Estabelecimento Prisional de Macau.

Macau, 24 de Julho de 2003.

Chan Kuong Seng (relator)

José Maria Dias Azedo

Lai Kin Hong